



GT 4: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL

CARACTERÍSTICAS DA ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES FISIOTERAPEUTICAS

Syndel Souza Stefanos (UNICENTRO); ssyndy@hotmail.com
Erick Alvaro Grencheski (UNICENTRO); erick_grencheski@hotmail.com
Sandra Nara Neves de Oliveira (UNICENTRO); sandrann_11@hotmail.com
Edna Sissi Garrozi Souza (UNICENTRO); sissigarrozi@yahoo.com.br

TEMÁTICA: SAÚDE

RESUMO: A acessibilidade propicia à pessoa com deficiência um espaço adequado, sem barreiras arquitetônicas que possam comprometer sua livre locomoção. No ambiente escolar, ela também se relaciona com a metodologia de ensino, com a comunicação e com a inclusão, por proporcionar uma perspectiva mais abrangente para o educando acerca do significado da aprendizagem, não somente no tocante a aquisição de saberes científicos, mas também na sua socialização. A implementação do fisioterapeuta no âmbito escolar propicia o desenvolvimento sensório-motor, a aquisição de capacidades que norteiam a prática educacional e despertam saberes interdisciplinares. O presente artigo aborda a acessibilidade na educação inclusiva, por ser um componente que ainda não é contemplado adequadamente nas escolas. Através de uma revisão de literatura, buscou-se maior relação aos sentidos do tema em estudo. Constata-se que a acessibilidade, ainda não consegue atender ao crescimento da frequência das pessoas com deficiência no ensino regular, devido a lentidão nas mudanças físicas nas edificações e na revisão de práticas pedagógicas. Fazendo-se o profissional da saúde, para adaptação de mobília, desenvolvimento de habilidades físicas de manuseio e coordenação para auxiliar o docente no processo de ensino, e o discente no processo de autodescoberta.

Palavras chave: Espaço Acessível; Escola regular; Inclusão social; Pessoa com deficiência; intervenções Fisioterapêuticas.

1. INTRODUÇÃO

A instituição da educação inclusiva no Brasil, na década de 1990, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), foi uma iniciativa importante para o reconhecimento da condição de cidadania das pessoas com deficiências, expresso na possibilidade de vivenciar o direito à educação no contexto do ensino regular. Essa possibilidade é um avanço, pois, embora as instituições de educação especial cumpram uma função importante, as experiências educativas no ensino regular são mais amplas, sobretudo porque proporcionam a melhora da socialização, que é relevante para que a pessoa com deficiência possa desenvolver em sua totalidade suas potencialidades visando sua inclusão em outros espaços sociais.



Nessa perspectiva, a inclusão no ensino regular representa um passo importante para que a pessoa com deficiência possa ter uma participação social plena, permitindo a continuidade de sua vida estudantil, como também, a possibilidade do ingresso no mercado de trabalho, realçando a perspectiva advinda do aprendizado ocorrido na escola regular.

Para as pessoas com deficiência, o acesso ao ensino regular representa o reconhecimento de sua condição de cidadania, indicando que a sua educação não se limita as instituições de educação especial, situação que geralmente ocorria, permitindo que demonstre suas capacidades, realçando que sua limitação física, sensorial ou intelectual não é empecilho para a integração nos espaços sociais. Deste modo, o ambiente escolar deve estar preparado para trabalhar com as diversidades e as inúmeras potencialidades, adaptando-se às diferenças com profissionais devidamente capacitados. Nesse contexto, elenca-se parcerias multiprofissionais e interdisciplinares, de saberes conjuntos que visem implementar o maximizar o desempenho escolar. Um desses profissionais, é o fisioterapeuta, que poder identificar e minimizar as barreiras e obstáculos que o portador de necessidades especiais possa encontrar no ambiente escolar, provendo orientações e instituindo as adaptações necessárias³.

Tendo em vista o exposto o objetivo deste trabalho consiste na elaboração de uma revisão integrativa da literatura considerando fontes diversas para a coleta de informações, como: artigos científicos, manuais de acessibilidade de instituições de ensino, livros, textos de anais de encontros científicos, legislações e textos pertinentes disponibilizados na internet, da prática fisioterapêutica na implementação da acessibilidade de crianças portadoras de necessidades especiais no ambiente escolar.

Na abordagem do tema, inicialmente, destacam-se as características da educação inclusiva. Na sequência, é analisada a sua acessibilidade, realçando sua importância no contexto dessa modalidade educativa, e as possíveis intervenções fisioterapêuticas para suprir essa demanda de desenvolvimento educacional.

2. A ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A pessoa com deficiência, até meados do século XX, não conseguia vivenciar plenamente seus direitos, devido à percepção negativa acerca das suas potencialidades. Eram enfatizadas apenas suas limitações, restringindo, muitas vezes, sua participação na sociedade. Havia a percepção, no meio social de que:

[...] indivíduo com deficiência não teria condições de aprender e de interagir com as demais pessoas, sendo considerado, até como uma medida assistencial, encaminhá-lo as instituições de educação especial, que poderiam repassar conhecimentos básicos visando um pouco de autonomia no ambiente familiar, sem perspectiva de inclusão em outros ambientes sociais. Essa situação inviabilizava o rompimento de sua exclusão social bem como o exercício de sua cidadania (ANTUNES FILHO, 2008, p. 29).

Contudo, com o surgimento da educação inclusiva, houve a quebra desse paradigma. Começaram a ser instituídas ações que visam garantir à pessoa com deficiência a condição de exercer seus direitos, principalmente de participar do



processo educativo no ensino regular, como forma de realçar sua cidadania como também suas potencialidades.

O enfoque inicial na educação, como uma ação inclusiva, decorre do fato desta ser “[...] responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio” (ROGALSKI, 2010, p. 5). Por meio da educação, a pessoa com deficiência pode adquirir conhecimentos que irão influenciar significativamente em sua vida, além de desenvolver habilidades e potencialidades que podem favorecer suas vivências sociais. Nesse cenário, a sua limitação não é percebida como um impedimento, mas sim como uma particularidade pessoal, que não ocasiona qualquer perda a sua condição de cidadão.

A educação inclusiva “[...] respeita e valoriza todos os alunos, cada um com a sua característica individual e é a base da sociedade para todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados” (GIL, 2015, p. 7). Assim, o direito inicial respeitado é o de acesso à educação na escola comum, evitando que seu processo educativo fique restrito às instituições de educação especial. Isso possibilita à pessoa com deficiência interagir mais com o meio social desde a infância, o que influencia positivamente seu desenvolvimento cognitivo e social.

A educação inclusiva começou a se tornar realidade a partir da década de 1990, quando passou a ser incorporada à legislação de vários países, incluindo o Brasil, com a intenção de garantir que a pessoa com deficiência frequentasse o ensino regular, recebendo uma assistência educacional compatível com suas necessidades.

Na década de 90, ainda à luz da defesa dos direitos humanos, pôde-se constatar que a diversidade enriquece e humaniza a sociedade, quando reconhecida, respeitada e atendida em suas peculiaridades. Passou, então, a ficar cada vez mais evidente que a manutenção de segmentos populacionais minoritários em estado de segregação social, ainda que em processo de atenção educacional ou terapêutica, não condizia com o respeito aos seus direitos de acesso e participação regular no espaço comum da vida em sociedade. Nesse panorama surge a educação inclusiva (BRASIL, 2004, p. 28).

Nesse cenário há mais espaço para vivências educacionais, contribuindo para que a pessoa com deficiência demonstre suas potencialidades, estimulando-a a viver no meio social, conseguindo ter uma perspectiva de realizações para sua vida maior. A educação inclusiva colabora para que a igualdade entre as pessoas seja reconhecida, e mostra que a manutenção de posturas discriminatórias não é compatível com uma sociedade democrática.

Mediante essa identificação, a educação inclusiva torna-se “[...] uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2007, p. 1). Com isso, a educação inclusiva passou a ser uma modalidade educacional voltada para atender a diversidade humana, realçando

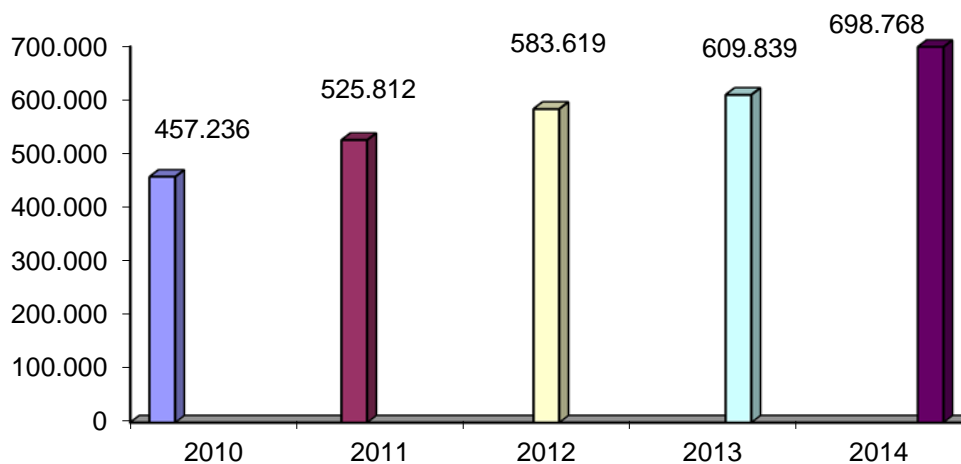


que o ensino comum é, essencialmente, um espaço democrático, que deve acolher todos os alunos.

2.1. Características da Acessibilidade no Contexto da Educação Inclusiva

A educação inclusiva representou um avanço significativo no tocante ao acesso ao ensino regular por pessoas com deficiência. Durante os últimos cinco anos, houve um aumento de mais de 50% no número de matrículas de alunos com deficiência no Ensino Fundamental em escolas públicas (FIGURA 1).

Figura 1 – Evolução de matrículas de alunos com deficiência no ensino fundamental em escolas públicas



Fonte: INEP (2014).

Esses dados mostram um crescimento constante no número de matrículas de alunos com deficiência nos últimos anos (Figura 1), revelando que a educação inclusiva serviu de estímulo para a procura no ensino regular, representando a vivência de um direito básico, o acesso à Educação.

Todavia, esse crescimento não é indicativo de que as escolas estão devidamente capacitadas para receber esses estudantes. Vários aspectos devem ser implementados e adequados para que seja constituído um ambiente verdadeiramente incluso nas escolas regulares. Entre esses aspectos, destaca-se a acessibilidade, que representa:

[...] dar às pessoas com deficiência condições de uso dos espaços urbanos, dos serviços de transporte, dos meios de comunicação e informação, do sistema de educação, eliminando barreiras e garantindo a inclusão social daqueles que apresentam alguma condição de deficiência (SILVA, 2010, p. 5).

Assim, no desenvolvimento da educação inclusiva, a acessibilidade se torna relevante porque propicia a configuração do ambiente visando propiciar maior mobilidade às pessoas com deficiência, e acesso os diversos espaços que compõem a sociedade, conferindo condições mínimas para que possa exercer sua autonomia. Nesse aspecto, a acessibilidade:



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22 a 24 de novembro de 2017

[...] significa poder chegar a algum lugar com segurança, conforto e independência; entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece; e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. [...] A acessibilidade espacial depende então: das condições ambientais de acesso à informação, das possibilidades de deslocamento e de uso de atividades permitindo aos indivíduos participar e estabelecer relações com as demais pessoas (DISCHINGER; MACHADO, 2006, p. 36).

Ao atentar para a independência da pessoa com deficiência, a acessibilidade, no processo de inclusão social, representa um referencial que está relacionado com o desenvolvimento pleno da pessoa com deficiência, independente da limitação que possa apresentar. A acessibilidade estabelece que a inclusão deve proporcionar a condição de acesso pleno a todas as atividades disponibilizadas no meio social, indicando que a dimensão arquitetônica não pode se constituir em um fator impeditivo ao seu livre trânsito na sociedade (SILVA, 2006).

Contudo, a questão da acessibilidade no âmbito da educação inclusiva ainda suscita preocupação, pois, mesmo com o aumento das matrículas ao longo dos últimos 05 anos, a maioria das escolas não possui uma estrutura adequada para possibilitar a livre locomoção dos alunos com deficiência:

A escola era um lugar para quem pudesse aprender sem dificuldades, que não possuía deficiências. Essa estrutura de escola é que existe ainda hoje em muitos lugares, e que se pretende transformar numa escola para todos. Uma escola que foi construída para alunos que não apresentavam problemas de locomoção ou de localização, com escadas, muros e muitas barreiras físicas que tornam difícil, hoje, o acesso das pessoas em situação de desvantagem (FIEGENBAUM, 2009, p. 21).

A concepção arquitetônica das escolas não contemplava a acessibilidade até meados da década de 1990, indicando que não havia o objetivo de incluir pessoas com deficiência no ensino regular. Na atualidade, os alunos com deficiência encontram instituições com espaços que dificultam sua locomoção, fazendo com que o processo inclusivo, independente de haver condições pedagógicas satisfatórias, seja dificultado (GIL, 2015).

Nesse contexto, é possível reconhecer que a educação inclusiva é um processo em construção, havendo, em muitas escolas, a necessidade de adaptação dos espaços, como forma de conseguir a demanda crescente, oportunizando condições mínimas para que os alunos possam circular livremente pelas suas instalações. A acessibilidade indica que o seu nível de autonomia, bem como de vivência social, não é pautado pela deficiência que apresenta, mas sim pela inadequação do ambiente.

Cabe ressaltar que existe uma legislação que contempla adequadamente a acessibilidade, reforçando que os espaços escolares precisam receber as adaptações adequadas, para garantir um ambiente que favoreça a inclusão das pessoas com deficiência, sendo importante citar a Lei n. 10.098/2000:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22 a 24 de novembro de 2017

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p. 2).

A determinação legal indica a necessidade de que as barreiras sejam removidas, permitindo que o espaço escolar seja adequado às interações sociais entre os estudantes, educadores e comunidade escolar, dessa interação não pode ocorrer efetivamente nas escolas enquanto não forem feitas as adequações necessárias em seu espaço físico:

A acessibilidade nas instituições escolares é um dos primeiros requisitos para a universalização do ensino. Ela assegura a possibilidade a todos de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, frequentar a sala de aula e atuar nas suas diversas atividades (LIBONATI, 2013, p. 4).

2.2. Repercussões a Cerca do Fisioterapeuta no Contexto da Educação Inclusiva

Segundo o Decreto 3.289/99, é definido como deficiência, toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica e/ou anatômica que gere incapacidade, total ou parcial, impedindo a pessoa de assegurar por si mesma o atendimento às suas necessidades de uma vida individual ou social normal. Sabe-se que o indivíduo é disposto de capacidades e potencialidades, onde o meio que convive e os recursos que lhe são oferecidos são norteadores do futuro. As perspectivas no contexto educacional, antes atribuídas aos familiares destes indivíduos e aos profissionais da educação, vem atingindo profissionais da área de saúde para facilitar a adaptação e a participação social de crianças com necessidades especiais no ambiente escolar (FARIA; MAGALHAES 2006).

A fisioterapia é auxiliadora no trâmite de inclusão escolar por meio de atividades conjuntas com pais, alunos, professores e funcionários da escola, com o objetivo de eliminar e minimizar as barreiras arquitetônicas, possibilitando a acessibilidade, adaptando os móveis e os materiais e promovendo uma reeducação postural na criança deficiente. (DURCE et al, 2006)

Sabe-se que a profissão é amparada nos três níveis de atenção a saúde: promoção, prevenção e reabilitação, cabe ao profissional auxiliar no desenvolvimento cognitivo e motor, através de técnicas que favoreçam trabalhar com a criança, sua resistência, força, destreza, coordenação motora e, por conseguinte melhorar sua capacidade de executar atividades de vida diária, bem como atividades básicas de manuseio para permitir ao professor novas possibilidades educativas e práticas pedagógicas, além de atuar como intermediador do processo com a finalidade de prevenção de agravos, principalmente de complicações cardiorrespiratórias e osteomioarticulares, fornecendo orientações aos responsáveis, como posicionamento adequado, estímulos neuropsicomotores, que possam implementar e acercar os aspectos biopsissociais desse indivíduo.(MELO; FERREIRA, 2009).



A interdisciplinaridade entre docentes e profissionais da saúde visam uma educação construtiva, quebrando paradigmas, associando saberes, desenvolvendo habilidades e potencialidades e tendo como objetivo em comum: a maximização da autonomia da criança. As práticas fisioterapêuticas supracitadas na literatura incluem: Correções posturais e na mobília (instrumentos para locomoção, para a visão, audição, carteiras adequadas, arquitetura com rampas), de maneira ergonômica pois estas podem diminuir o trabalho e a sobrecarga muscular, resultando na redução do consumo energético e prevenindo possíveis alterações estruturais que possam ocorrer por desequilíbrios musculares (PENA; ALPINO, 2008); brincadeiras adaptadas como jogos com bola e tabuleiros, visando estimulação da sensibilidade epicrítica e tátil (discriminar textura, peso, tamanho); noções de tempo, distância, espaço e direção, bem como estimular o desenvolvimento cognitivo desses indivíduos (BRACCIALLI; MANZINI; REGANHAN, 2004).

Através dos saberes lúdicos, é possível que a criança se autodescubra, adquira conhecimento, independência e capacidade para decifrar os enigmas da escola, e postergar esses saberes para as práticas adultas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva realça que o espaço escolar deve ser um local propício para a interação social, indicando que, para a pessoa com deficiência, a livre locomoção torna-se um fator relevante para o estabelecimento das relações no âmbito escolar, além de permitir que este explore ao máximo o ambiente onde está inserido.

Torna-se importante considerar que a escola é um importante centro de referência para a sociedade, e ao tratar com a devida atenção a questão da acessibilidade, evidencia que o aluno com deficiência pode ter uma vida social ativa, favorecida pela educação inclusiva.

A implementação de profissionais na área de saúde, vem alavancando as possibilidades de desenvolvimento, através de ações técnicas que favoreçam a acessibilidade como também de ações lúdicas que colaboram para o desenvolvimento sensorio-motor, estimulando todas as potencialidades da criança.

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES FILHO, L. **Inclusão social da pessoa com deficiência**: medidas que fazem a diferença. Rio de Janeiro: IBDD, 2008.

BRACCIALLI, L.M.P; MANZINI, E.J.; REGANHAN, W.G. Contribuição de um programa de jogos e brincadeiras adaptados para a estimulação de habilidades motoras em alunos com deficiência física. **Temas Desenvol**, vol. 13, p. 37-46, 2004.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras**



de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação inclusiva: fundamentação filosófica.** Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

DISCHINGER, M; MACHADO, R. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis. **Inclusão - Revista da Educação Especial**, v. 1, nº. 01. Brasília: Secretaria de Educação Especial, agosto de 2006.

DURCE, K.; FERREIRA, C.A.S.; PEREIRA, O.S.; SOUZA, B.B. A atuação da fisioterapia na inclusão de crianças deficientes física em escolas regulares: uma revisão de literatura. **Mundo Saúde SP**, p. 156-9, 2006.

EHLERT, R. A inserção do fisioterapeuta em escolas regulares no processo de educação inclusiva. Novo Hamburgo: **Centro Universitário Feevale**, p.1- 54, 2009.

FARIA, M. G.A. MAGALHAES, L. C.. Adaptation of the school-AMPS (Assessment of Motor and Process Skills) to Brazilian children from 4 to 8 years old. **Psicol. estud**, v.11, n3, p.493-502, 2006.

FIGENBAUM, J. **Acessibilidade no contexto escolar:** tornando a inclusão possível. Porto Alegre: UFRS, 2009.

GIL, M. **Aluno com deficiência:** a escola prepara mesmo para a vida? Disponível em: < <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=20092>> Acesso em agosto de 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica – 2014 – Resumo Técnico.** Brasília: INEP, 2014.

LIBONATI, P. F. **Arquitetura escolar:** a essência da participação e socialização do aluno com deficiência. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. São Paulo: USP, 2013.

MELO, F.R.L.V.; FERREIRA, C.C.A. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras. **Rev Bras Ed Esp**, vol. 15, p. 121-40, 2009

PENA, F. F.; ALPINO, A.M.S. Contribuição da fisioterapia para o bem-estar e a participação de dois alunos com Distrofia Muscular de Duchenne no ensino regular. **Rev Bras Ed Esp**, vol. 14, p.447-62, 2008.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, julho de 2010.

SILVA, C. D. A. **Acessibilidade na UFC**. Fortaleza: UFC, 2010.

SILVA, L. G. S. Valorizando a diferença: a educação inclusiva na rede municipal de ensino de Natal/RN. In.: ROTH, B. W. **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva – direito à diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.